



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

09/07/2014

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. COMARCAS.....	1
1.2. PLANTÃO NO TJMA.....	2
2. JORNAL EXTRA	
2.1. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	3
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. CENTRAL DE INQUÉRITOS.....	4
3.2. COMARCAS.....	5
3.3. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	6
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. DECISÕES.....	7 - 8
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. CENTRAL DE INQUÉRITOS.....	9
5.2. COMARCAS.....	10
5.3. DECISÕES.....	11
5.4. PLANTÃO NO TJMA.....	12
5.5. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	13

Comarca de Tutoia abre inscrições de projetos

TUTOIA - As inscrições de projetos sociais na Comarca de Tutoia seguem até o dia 25 de julho, segundo edital divulgado pelo juiz Rodrigo Otávio Terças Santos. O referido certame visa à seleção de projetos que receberão recursos financeiros arrecadados com transações penais, prestações pecuniárias e suspensão condicional do processo ou da pena. De acordo com o edital, os projetos devem ser desenvolvidos nos municípios de Tutoia e Paulino Neves, que compõem a comarca, e as informações podem ser obtidas no telefone (98) 3479-1290.

Estão aptas a se inscrever entidades públicas ou privadas, que desenvolvam atividades no âmbito da comarca e estejam constituídas há pelo menos um ano. “O edital contempla projetos de cunho educativo [esco-

lar ou esportivo], direcionados a crianças, adolescentes ou idosos”, explica o magistrado no documento.

Para fazer a inscrição, a instituição deverá apresentar cópia do projeto a ser desenvolvido no âmbito da Comarca de Tutoia bem como certidões negativas da entidade, cíveis e criminais, emitidas pelos órgãos das justiças estadual e federal; certidões de quitação de tributos federais, estaduais e municipais da entidade e dos dirigentes; e certidões de quitação eleitoral dos respectivos dirigentes. As inscrições poderão ser feitas das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira, no Fórum Desembargador Marcílio Moura Carvalho, localizado na Rua Celso Fonseca.

Início - O resultado será divulgado no site da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (www.tjma.jus.br/cgj), até o dia 28 deste mês. Os projetos selecionados deverão ter execução iniciada em até 60 dias, sob pena de exclusão do certame, e terão validade até o fim deste ano, desde que cumpridas todas as condições impostas.

Balanço

O plantão do Tribunal de Justiça (TJ) no período de 30 de junho a 6 de julho recebeu oito habeas corpus e um agravo de instrumento.

O desembargador plantonista Marcelino Everton indeferiu dois e concedeu um habeas corpus.

Outros cinco habeas corpus provenientes das comarcas de São Luís, Timon, Bacuri e Olho d'Água das Cunhãs foram despachados à distribuição para apreciação pelos desembargadores relatores.

FOCO NO MENOR

O Poder Judiciário maranhense vem se destacando quando o assunto é infância e juventude.

Judiciário maranhense tem se destacado na proteção de crianças e adolescentes

Com uma atuação dinâmica e alinhada com as novas demandas sociais, a Justiça do Maranhão vem desenvolvendo ações e projetos que têm garantido o direito de crianças e adolescentes, bem como tem atuado na correta aplicação de medidas socioeducativas eficazes em parceria com outros órgãos que compõem uma rede de proteção desse público.

No mês de junho, durante os festejos de São João, equipes do 1º Vara da Infância e da Juventude fiscalizavam arraiais na Grande Ilha. No interior, dezenas de portarias regulamentaram a participação dos menores nos festejos, assim como ocorreu no último Carnaval.

De acordo com a corregedora da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, os desafios ainda são muitos, considerando que a demanda também é crescente. No entanto, ela afirma que o Judiciário do Maranhão tem levado a sério o tema, com diversas ações de promoção da temática. "Além disso, temos uma ampla proteção que assegura a aplicação da lei em cada caso concreto que necessite de apreciação do Judiciário", conclui a corregedora.

A ampla proteção decorre do fato de que nas 110 comarcas, conseqüentemente em todos os municípios maranhenses, existe uma forte atuação do Judiciário na referida área. Isso porque em todas as comarcas há juizes com



Juiz Corregedor José Américo Abreu Costa diz que o Judiciário tem atuado muito bem neste segmento

competência para processar e julgar as causas relacionadas à matéria.

No mês de maio, uma audiência pública promovida pela 2ª Vara da Infância e da Juventude, que tem como titular o juiz José Costa e competência para atuar nos casos que envolvem infrações cometidas por menores, estabeleceu prazos para reforma e ampliação das unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei, por parte da Fundação da Criança e Adolescente (Funac).

O acordo firmado na audiência com representantes do Governo do Estado objetiva o investimento de cerca de R\$ 30 milhões nas unidades de atendimento socioeducativo do Maranhão, permitindo ampliação para 210 vagas de internação em meio fechado. Esse número deve subir para 316 até o final de 2015. A medi-

da vai assegurar maior rigor e garantir a aplicação de penas nos casos de atos infracionais cometidos por menores. "Essa audiência seria para resolver o impasse da internação provisória de adolescentes em São Luís, mas aproveitamos a oportunidade para firmar acordo sobre a rede de atendimento socioeducativo de todo o Maranhão", explicou o juiz.

Presente na reunião, o defensor público Murilo Guazzelli destacou a atuação e iniciativa do Judiciário. "Nesta audiência tivemos avanços como a criação de novos espaços para os adolescentes, em respeito ao que define o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo", completou o defensor.

Por meio da Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça, o Judiciário tem implantado políti-

cas públicas que promovam ações concretas para proteção do público juvenil. Recentemente, um treinamento possibilitou capacitação a cerca de 40 juizes para atuar com a metodologia do depoimento especial, ação que será concretizada com a instalação de salas de depoimento adaptadas para ouvir crianças vítimas de violência.

O juiz corregedor José Américo esclarece que o Judiciário tem atuado muito bem, mas destaca que hoje existe uma rede protetiva institucionalizada e que também tem desempenhado um bom papel. "Como primeira esfera de proteção estão os conselhos tutelares, que podem aplicar as medidas protetivas de urgência; em seguida vem o Ministério Público, que judicializa as questões de risco para que o Judiciário adote medidas de urgência para preservar ou retirar crianças e adolescentes de situações de ameaça", esclareceu.

José Américo também chama a atenção para a necessidade de implementação de políticas públicas eficazes. "Vemos uma sociedade em que a criminalidade avança e adolescentes são utilizados como instrumentos de crime e os casos de desagregação familiar e abusos sexuais se multiplicam. O Poder Judiciário do Maranhão é um dos poucos estados que, apesar das dificuldades encontradas, busca a priorização dessas políticas", explica o juiz.

• DESPACHO DE INQUÉRITOS

Instalada no último dia 25 de abril, no 4º andar do Fórum Desembargador Sarney Costa, a Central de Inquéritos de São Luís já contabiliza quase 1.500 despachos e mais de 300 decisões prolatadas. As informações são do juiz Lúcio Antonio Machado Vale, coordenador da unidade. De acordo com o magistrado, tramitam atualmente na unidade 1.736 feitos policiais. Além do coordenador, atuam na Central de Inquéritos os juizes Cândido José Martins de Oliveira e Antonio Luiz de Almeida Silva. A atuação dos juizes se dá pelo período de um ano, podendo haver recondução por igual prazo.

• TRABALHOS AGILIZADOS

A Central, cuja reativação foi proposta pela desembargadora Nelma Sarney, atualmente à frente da Corregedoria Geral da Justiça, foi aprovada pelo Pleno do Tribunal de Justiça em novembro de 2013 e tem por objetivo a agilização dos trabalhos da polícia judiciária, com o rápido atendimento das medidas urgentes, a exemplo de prisões, quebra de sigilo, buscas e suspensões, cabendo aos juizes com atuação na unidade o processamento de todos os inquéritos policiais de competência das varas criminais de São Luís. "Os juizes trabalham nos processos em toda a fase pré-processual, indo até o relatório da autoridade policial. Uma vez relatado o processo, é obrigação da Central encaminhá-lo imediatamente à Distribuição Geral do Fórum para envio ao Juízo competente, a fim de que não atrase o oferecimento da denúncia e dos demais atos da futura ação penal", explica o juiz coordenador da Central.

• RESULTADO POSITIVO

Lucio Vale avalia como positiva a instalação da Central de Inquéritos e destaca ter havido maior agilidade quanto ao processamento dos inquéritos, além de ter, de certo modo, desafogado as varas criminais da capital, que passaram a trabalhar somente com processos propriamente ditos, ou seja, a partir da denúncia. Ainda segundo Lúcio Vale, "os juizes da Central trabalham com matéria específica no âmbito criminal, o que facilita os trabalhos. Agora, todos os delegados de Polícia da Grande São Luís sabem a quem se dirigir, além de possuírem os telefones da Central para requererem seus pleitos tidos como urgentes e urgentíssimos. Esse intercâmbio promove maior agilidade", garante.

• INSTALAÇÕES

Nas palavras do magistrado, os serviços da Central estão funcionando regularmente. Para o juiz, com duas salas, correspondentes a duas unidades, a estrutura onde funciona a unidade atende às demandas da Central. Lúcio Vale explica que em uma das salas, que funciona como depósito, ficam os objetos apreendidos provisoriamente. Além dos juizes, a Central de Inquéritos conta ainda com o trabalho de três promotores de Justiça junto à unidade. Um defensor público já foi designado pela Defensoria a atuar junto à Central nos casos em que haja a necessidade da atuação do órgão.

- SELEÇÃO DE PROJETOS

As inscrições de projetos sociais na Comarca de Tutóia seguem até o dia 25 de julho, segundo edital divulgado pelo juiz Rodrigo Otávio Terças Santos. O referido certame visa à seleção de projetos que receberão recursos financeiros arrecadados com transações penais, prestações pecuniárias e suspensão condicional do processo ou da pena. De acordo com o edital, os projetos devem ser desenvolvidos nos municípios de Tutóia e Paulino Neves, que compõem a comarca, e as informações podem ser obtidas no telefone (98) 3479-1290.

- CRITÉRIOS

Estão aptas a se inscrever entidades públicas ou privadas, que desenvolvam atividades no âmbito da comarca e estejam constituídas há, pelo menos, um ano. "O edital contempla projetos de cunho educativo (escolar ou esportivo), direcionado a crianças, adolescentes ou idosos", versa o magistrado no documento. Caso não haja candidatos interessados ou aptos, o juízo da Comarca de Tutóia decidirá, em cada caso concreto, a destinação das verbas arrecadadas, fazendo consignar, em cada processo, a destinação e o emprego respectivos.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Judiciário maranhense tem se destacado na proteção



Desembargadora Nelma Sarney diz que o Judiciário tem levado a sério o tema

O Poder Judiciário maranhense vem se destacando quando o assunto é infância e juventude. Com uma atuação dinâmica e alinhada com as novas demandas sociais, a Justiça do Maranhão vem desenvolvendo ações e projetos que têm garantido o direito de crianças e adolescentes, bem como tem atuado na correta aplicação de medidas socioeducativas eficazes em parceria com outros órgãos que compõem uma rede de proteção desse público.

No mês de junho, durante os festejos de São João, equipes do 1ª Vara da Infância e da Juventude fiscalizavam arraiais

na Grande Ilha. No interior, dezenas de portarias regulamentaram a participação dos menores nos festejos, assim como ocorreu no último Carnaval.

De acordo com a corregedora da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, os desafios ainda são muitos, considerando que a demanda também é crescente. No entanto, ela afirma que o Judiciário do Maranhão tem levado a sério o tema, com diversas ações de promoção da temática. "Além disso, temos uma ampla proteção que assegura a aplicação da lei em cada caso concreto que necessita de apreciação do Judiciário", conclui a corregedora.

rio", conclui a corregedora.

A ampla proteção decorre do fato de que nas 110 comarcas, consequentemente em todos os municípios maranhenses, existe uma forte atuação do Judiciário na referida área. Isso porque em todas as comarcas há juizes com competência para processar e julgar as causas relacionadas à matéria.

No mês de maio, uma audiência pública promovida pela 2ª Vara da Infância e da Juventude, que tem como titular o juiz José Costa e competência para atuar nos casos que envolvem infrações cometidas por menores, estabeleceu prazos para reforma e ampliação das unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei, por parte da Fundação da Criança e Adolescente (FUNAC).

O acordo firmado na audiência com representantes do Governo do Estado objetiva o investimento de cerca de R\$ 30 milhões nas unidades de atendimento socioeducativo do Maranhão, permitindo ampliação para 210 vagas de internação em meio fechado. Esse número deve subir para 316 até o final de 2015. A medida vai assegurar maior rigor e garantir a

aplicação de penas nos casos de atos infracionais cometidos por menores. "Essa audiência seria para resolver o impasse da internação provisória de adolescentes em São Luís, mas aproveitamos a oportunidade para firmar acordo sobre a rede de atendimento socioeducativo de todo o Maranhão", explicou o juiz.

Presente na reunião, o defensor público Murilo Guazzelli destacou a atuação e iniciativa do Judiciário. "Nesta audiência tivemos avanços como a criação de novos espaços para os adolescentes, em respeito ao que define o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo", completou o defensor.

Por meio da Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça, o Judiciário tem implantado políticas públicas que promovam ações concretas para proteção do público juvenil. Recentemente, um treinamento possibilitou capacitação a cerca de 40 juizes para atuar com a metodologia do depoimento especial, ação que será concretizada com a instalação de salas de depoimento adaptadas para ouvir crianças vítimas de violência.

Escolas públicas e privadas voltam às aulas a partir de segunda-feira

URBANO

FÉRIAS

De volta à rotina

Alunos retomam atividades escolares dia 14 de julho devido à antecipação do calendário letivo provocada pelos jogos da Copa do Mundo

SANDRA VIANA

Os alunos da rede pública estadual, municipal e também rede privada retomam as aulas na próxima segunda-feira, 14. Este ano, as férias escolares coincidiram com a Copa do Mundo e as instituições concluíram o calendário do primeiro semestre mais cedo. Apesar da capital não ser sede dos jogos do evento mundial, as escolas aderiram à Lei da Copa e reorganizaram o período de férias para que os estudantes pudessem prestigiar esse momento esportivo. São cerca de 630 mil alunos na rede pública, sendo aproximadamente 500 mil na rede estadual e os demais, da rede municipal.

Aproveitar para descansar e curtir os jogos foi a escolha do estudante Weydson Carlos dos Santos, de 13 anos, que cursa o quinto ano. "A gente pode relaxar e assistir aos jogos sem a preocupação com aulas e provas, assim não prejudica o estudo", disse. Já a estudante de Direito, Natália Rodrigues, 27 anos, ficou preocupada com o novo calendário que conflitou com a organização que ela faz anualmente. "Tenho uns compromissos que sempre deixo para o período normal de férias e já havia me programado. Algumas coisas precisei mudar", ressaltou.

As assessorias das secretarias de Educação estadual (Seduc) e municipal (Semed) informaram

que o calendário foi reorganizado atendendo ao que ocorreu em todo o país, devido a Copa do Mundo. No estado o calendário foi cumprido conforme a reprogramação e retornará sem prejuízos aos estudantes. O encerramento do ano letivo municipal estava previsto para 9 de fevereiro de 2015, porém, com a greve de professores, que persiste, pode ser alterado o cronograma, o que será definido com a categoria, após o movimento, a fim de não prejudicar os alunos.

As faculdades e universidades particulares retomam as aulas dia 21 de julho, com previsão de conclusão dia 20 de dezembro. Segundo o Sindicato das Escolas Particulares do Maranhão (SEP-MA), organizar o calendário deste ano compete às escolas e a maioria decidiu pela segunda quinzena do mês para reiniciar suas aulas. A alteração no calendário escolar da rede de ensino pública e privada é prevista na Lei Geral da Copa – Lei 12.663/2012. Segundo o texto, as instituições podem readequar o ano letivo, desde que não reduzam o número de horas previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que prevê 200 dias de aulas.



As escolas públicas e privadas retomam as aulas na próxima segunda-feira

>> Para saber mais

Movimento ilegal

Os professores da rede municipal completam 47 dias de greve. O movimento foi considerado ilegal pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), que rejeitou recurso do sindicato da categoria que tentava reverter a decisão. A ação de ilegalidade da greve foi movida pela Prefeitura de São Luís. Os professores também entraram com ação para esclarecimentos sobre o desconto em folha dos dias não trabalhados e anotações funcionais dos servidores que não retornaram ao emprego após a decisão judicial. O Tribunal julgou corretos os descontos e anotações. A decisão da Justiça determinou o imediato retorno dos grevistas ao trabalho, o que não ocorreu até o momento. Foi arbitrada multa diária de R\$ 10 mil ao Sindicato dos Profissionais do Magistério do Ensino Público Municipal (SindEducação) por descumprimento. Foi autorizada ainda a contratação imediata de professores para atuarem durante o período em que perdurar a greve.

Central de Inquéritos

Instalada no último dia 25 de abril, no 4º andar do Fórum Desembargador Sarney Costa, a Central de Inquéritos de São Luís já contabiliza quase 1.500 despachos e mais de 300 decisões prolatadas.

As informações são do juiz Lúcio Antonio Machado Vale, coordenador da unidade. De acordo com o magistrado, tramitam atualmente na unidade 1.736 feitos policiais.

Além do coordenador, atuam na Central de Inquéritos os juízes Cândido José Martins de Oliveira e Antonio Luiz de Almeida Silva. A atuação dos juízes se dá pelo período de um ano, podendo haver recondução por igual prazo.

Inscrição de projetos sociais em Tutóia segue até o dia 25

As inscrições de projetos sociais na Comarca de Tutóia seguem até o dia 25 de julho, segundo edital divulgado pelo juiz Rodrigo Otávio Terças Santos. O referido certame visa à seleção de projetos que receberão recursos financeiros arrecadados com transações penais, prestações pecuniárias e suspensão condicional do processo ou da pena. De acordo com o edital, os projetos devem ser desenvolvidos nos municípios de Tutóia e Paulino Neves, que compõem a comarca, e as informações podem ser obtidas no telefone (98) 3479-1290.

Estão aptas a se inscrever entidades públicas ou privadas, que desenvolvam atividades no âmbito da comarca e estejam constituídas há, pelo menos, um ano. “O edital contempla projetos de cunho educativo (escolar ou esportivo), direcionado a crianças, adolescentes ou idosos”, versa o magistrado no documento. Caso não haja candidatos interessados ou

aptos, o juízo da Comarca de Tutóia decidirá, em cada caso concreto, a destinação das verbas arrecadadas, fazendo consignar, em cada processo, a destinação e o emprego respectivos.

Para fazer a inscrição, a instituição deverá apresentar cópia do projeto a ser desenvolvido no âmbito da Comarca de Tutóia; bem como certidões negativas da entidade, cíveis e criminais, emitidas pelos órgãos das justiças Estadual e Federal; certidões de quitação de tributos federais, estaduais e municipais da entidade e dos dirigentes; e certidões de quitação eleitoral dos respectivos dirigente. As inscrições poderão ser feitas das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira, no Fórum Desembargador Marcilio Moura Carvalho, localizado na Rua Celso Fonseca, s/nº, no centro de Tutóia.

O resultado será divulgado no site da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (www.tjma.jus.br/cgj), até o dia 28 de julho de 2014. Os projetos selecionados deverão ter execução iniciada em até 60 dias, sob pena de exclusão do certame, e terão validade até o final do ano de 2014, desde que cumpridas todas as condições impostas.

Justiça afasta inadimplência do município de Presidente Juscelino

As Segundas Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) determinaram que o secretário de Estado de Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar afaste a situação de inadimplência do município de Presidente Juscelino, conforme voto proferido pelo relator do processo, desembargador Jamil Gedeon, em sessão do colegiado.

O entendimento dos desembargadores foi de que as irregularidades questionadas pelo gestor estadual são de responsabilidade do ex-prefeito do município, Dácio Rocha Pereira, que não prestou conta dos convênios firmados à época em que estava à frente da Prefeitura.

Questionando o ato do gestor estadual, o município de Presidente Juscelino impetrou mandado de segurança junto ao Tribunal de Justiça, sustentando o risco iminente do Executivo Municipal sofrer prejuízo irreversível por não poder celebrar convênios ou obter recursos do

Estado do Maranhão.

Para o relator do processo, desembargador Jamil Gedeon, a atual gestão de Presidente Juscelino apresentou provas que atribuem a inadimplência ao ex-prefeito, a exemplo da ação civil pública movida contra o mesmo por ato de improbidade, pedindo ressarcimento ao erário dos prejuízos causados pelos valores das contribuições previdenciárias não recolhidas, além da cópia da representação apresentada ao Ministério Público Federal contra Dácio Rocha Pereira.

Gedeon observou que a questão está pacificada na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Supremo Tribunal Federal (STF) e também do TJMA, devendo ser liberado da inadimplência o município administrado pelo prefeito que sucedeu o administrador faltoso, quando for comprovado que foram tomadas providências para ressarcimento do erário. *(Asscom / TJMA)*

TJMA divulga balanço do Plantão Judiciário

O plantão do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu oito habeas corpus e um agravo de instrumento entre os dias 30 de junho a 6 de julho. O desembargador plantonista, Marcelino Everton, indeferiu dois habeas corpus, provenientes das comarcas de São José de Ribamar e de São Luís, além do agravo de instrumento também da comarca de São Luís.

Concedeu um habeas corpus, de São Luís. Outros cinco habeas corpus provenientes das comarcas de São Luís, Timon, Bacuri e Olho d'Água das Cunhãs, foram despachados à distribuição para apreciação pelos desembargadores relatores.

Plantão – No plantão de 2º grau são recebidas demandas urgentes, nas esferas cível e criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória, entre outros.

Nos dias úteis, funciona entre o final do expediente do dia e o início do expediente do dia seguinte. Aos sábados, domingos e feriados – inclusive os de ponto facultativo – entre o final do último dia útil anterior e o início do expediente do primeiro dia útil seguinte.

Judiciário maranhense tem se destacado na proteção de crianças e adolescentes

O Poder Judiciário maranhense vem se destacando quando o assunto é infância e juventude. Com uma atuação dinâmica e alinhada com as novas demandas sociais, a Justiça do Maranhão vem desenvolvendo ações e projetos que têm garantido o direito de crianças e adolescentes, bem como tem atuado na correta aplicação de medidas socioeducativas eficazes em parceria com outros órgãos que compõem uma rede de proteção desse público.

No mês de junho, durante os festejos de São João, equipes do 1ª Vara da Infância e da Juventude fiscalizavam arraiais na Grande Ilha. No interior, dezenas de portarias regulamentaram a participação dos menores nos festejos, assim como ocorreu no último Carnaval.

De acordo com a corregedora da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, os desafios ainda são muitos, considerando que a demanda também é crescente. No entanto, ela afirma que o Judiciário do Maranhão tem levado a sério o tema, com diversas ações de promoção da temática. "Além disso, temos uma ampla proteção que assegura a aplicação da lei em cada caso concre-

to que necessite de apreciação do Judiciário", conclui a corregedora.

A ampla proteção decorre do fato de que nas 110 comarcas, consequentemente em todos os municípios maranhenses, existe uma forte atuação do Judiciário na referida área. Isso porque em todas as comarcas há juízes com competência para processar e julgar as causas relacionadas à matéria.

No mês de maio, uma audiência pública promovida pela 2ª Vara da Infância e da Juventude, que tem como titular o juiz José Costa e competência para atuar nos casos que envolvem infrações cometidas por menores, estabeleceu prazos para reforma e ampliação das unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei, por parte da Fundação da Criança e Adolescente (Funac).

O acordo firmado na audiência com representantes do Governo do Estado objetiva o investimento de cerca de R\$ 30 milhões nas unidades de atendimento socioeducativo do Maranhão, permitindo ampliação para 210 vagas de internação em meio fechado. Esse número

deve subir para 316 até o final de 2015. A medida vai assegurar maior rigor e garantir a aplicação de penas nos casos de atos infracionais cometidos por menores. "Essa audiência seria para resolver o impasse da internação provisória de adolescentes em São Luís, mas aproveitamos a oportunidade para firmar acordo sobre a rede de atendimento socioeducativo de todo o Maranhão", explicou o juiz.

Presente na reunião, o defensor público Murilo Guazzelli destacou a atuação e iniciativa do Judiciário. "Nesta audiência tivemos avanços como a criação de novos espaços para os adolescentes, em respeito ao que define o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo", completou o defensor.

Por meio da Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça, o Judiciário tem implantado políticas públicas que promovem ações concretas para proteção do público juvenil. Recentemente, um treinamento possibilitou capacitação a cerca de 40 juízes para atuar com a metodologia do depoimento especial, ação que será concretizada com a instalação de salas de depoimento adaptadas para ouvir crianças

vítimas de violência.

O juiz corregedor José Américo esclarece que o Judiciário tem atuado muito bem, mas destaca que hoje existe uma rede protetiva institucionalizada e que também tem desempenhado um bom papel. "Como primeira esfera de proteção estão os conselhos tutelares, que podem aplicar as medidas protetivas de urgência; em seguida vem o Ministério Público, que judicializa as questões de risco para que o Judiciário adote medidas de urgência para preservar ou retirar crianças e adolescentes de situações de ameaça", esclareceu.

José Américo também chama a atenção para a necessidade de implementação de políticas públicas eficazes. "Vemos uma sociedade em que a criminalidade avança e adolescentes são utilizados como instrumentos de crime e os casos de desagregação familiar e abusos sexuais se multiplicam. O Poder Judiciário do Maranhão é um dos poucos estados que, apesar das dificuldades encontradas, busca a priorização dessas políticas", explica o juiz.

DIVULGAÇÃO



JUIZ JOSÉ Américo Abreu Costa, titular da 2ª Vara da Infância e da Juventude